Atualização científica

Esta seção destina-se à apresentação de resumos e comentários de artigos científicos recentes.

HÄYRY, Matti. A defense of ethical relativism.

Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics 14 (1): 07-12, 2005.

O filósofo finlandês Häyry discute a questão do relativismo, palavra que exprime idéia controversa na bioética ocidental, buscando demonstrar que o conceito vem sendo mal entendido e mal aplicado. Para isso cria uma tabela simples onde se combinam seis "ismos": absolutismo, relativismo e nihilismo em uma coluna; e objetivismo, inter-subjetivismo e subjetivismo em outra.

As normas e valores éticos que orientam as ações e o pensamento moral originam-se de três fontes básicas: do indivíduo, dos outros com os quais esse indivíduo se relaciona e da realidade objetiva. Cada pessoa possui sua própria vida, pensamento e características que, de alguma forma, orientam suas ações. A convivência com outras pessoas também influencia valores, normas e ações. Outros fatores objetivos decorrem de vivermos em um mundo concreto que não podemos de todo controlar, criando a necessidade de adaptação de nosso comportamento, ainda que seja simplesmente para sobreviver.

O poder prescritivo, mandatário ou a validade de normas e valores podem estar baseados em três atitudes. Uma possibilidade é considerá-los absolutamente vinculantes, sendo moralmente inadequado deixar de segui-los. Este seria o caso do absolutismo, uma doutrina pela qual algumas normas e valores devem ser obedecidos sem exceção. A versão objetiva dessa atitude remonta a Platão, para o qual normas e valores residem no mundo das idéias e devem ser seguidas mesmo em contradição com os costumes da sociedade e os desejos eventuais de cada um. Tomás de Aquino retoma essa perspectiva em sua teoria de direito natural, argumentando que Deus e a Razão seriam as origens da correta orientação moral. Para Kant, a racionalidade humana é a única fonte legítima de normas morais. O utilitarismo de Jeremy Bentham é igualmente uma forma de objetivismo absoluto embasado na moralidade do prazer e da dor e na busca da maior satisfação possível para o maior número de pessoas.

É questionável se o intersubjetivismo existiria como doutrina, o que teoricamente significaria que normas contratualmente assumidas ou valores sociais ou comunitários tradicionais deveriam ter prevalência absoluta como fontes da ação e da moralidade. O problema, nesse caso, residiria naqueles que não fazem parte do contrato social ou não pertencem à sociedade em questão. Rawls, em sua teoria de justiça, retorna ao ideal absolutista kantiano de que todos os seres racionais devem aderir ao contrato. MacIntyre, crítico da visão “comunitária” de Rawls, também termina por inspirar-se nas idéias de Tomás de Aquino, de forma que essa posição, na matriz inicial, ficaria vazia. Do mesmo modo, a versão subjetivista de que as normas de um indivíduo devam prevalecer sobre as demais, não parece ter jamais recebido defesa filosófica.

O relativismo estabelece que a validade de normas e valores está sempre relacionada a um fenômeno ou ponto de vista em transformação. Não rejeita todas as normas, mas se opõe a regras e princípios absolutos. A relativização de costumes e leis no ocidente remonta ao Século XVIII por meio das visões de Adam Smith, para quem o fator de mudança estaria na produção e distribuição de bens e serviços e não na forma de pensar sobre eles. Hegel argumenta que as idéias e as condições materiais que moldam o progresso histórico obedecem a uma certa dialética em que conceitos morais são transformados e formas de pensamento se sucedem. Neste sentido, Marx assume elementos de ambos os autores, rejeitando a maioria dos valores burgueses ocidentais.

No Século XX, o relativismo foi estendido a sociedades intersubjetivas especialmente em decorrência de trabalhos antropológicos que produzem impacto no ocidente, com visões de outras culturas. A necessidade de reconhecer a diversidade moral acentua-se após a II Guerra Mundial, com a criação das Nações Unidas, quando se inicia o processo de regulamentação das relações internacionais, incluindo códigos morais. A partir daí tomaram maior vulto as tentativas para entender as moralidades de outros grupos e garantir que qualquer indivíduo, em qualquer sociedade, pudesse mudar suas circunstâncias de vida caso não conseguisse viver conforme aspectos de sua cultura original. A variação subjetivista do relativismo lembra que cada pessoa, cultura ou nação possui pontos de vista próprios. O “egoísmo racional”, uma forma prudente ou tolerante de egoísmo, supõe que cada um deva apreciar seus pontos de vista, reconhecendo que outros possuem suas próprias visões a que igualmente concedem valor.

Outro ponto desta análise, o niilismo, estabelece que algumas ou todas as normas e valores não são válidos e devem ser rejeitados. As motivações

para essa rejeição vão desde a irritação intelectual até considerações morais. Quando aplicamos idéias niilistas a teorias morais objetivistas, há duas conclusões possíveis. Se pudermos, por exemplo, ignorar regras kantianas ou de Bentham (que são predominantemente altruístas), podemos estar advogando alguma forma de egoísmo. Por outro lado, se combatemos o universalismo desses valores comunitários ou contratuais, tendemos ao existencialismo ou ao emotivismo.

A exigência de rejeitar normas subjetivas ou intersubjetivas faz parte, geralmente, de formas tradicionais de objetivismo absoluto. Em termos de valores humanos, portanto, Platão, Tomás de Aquino, Kant e Bentham podem ser vistos como niilistas, já que negam a validade de alguns valores. Do ponto de vista do existencialismo, esses autores estariam induzindo as pessoas a viverem de modo "não autêntico" ou de "má fé".

Após preencher as posições da tabela, o autor conclui o que seria, a seu ver, o relativismo. Uma doutrina que: atribui valores a indivíduos, a todos os indivíduos e não a um indivíduo isoladamente; busca, identifica e define normas válidas em termos de contratos e valores compartilhados, ou seja, em termos da interação humana e seus resultados; reconhece diferenças culturais, históricas ou outras entre normas e valores, sem desqualificar nenhum deles. Assim, segundo essa análise, o relativismo não é lealdade social ou comunitária irrefletida ou egoísmo absoluto, noções que parecem ter sido inventadas por escolas antagônicas de pensamento. Tampouco é niilista, na medida em que não nega a validade de todas as normas e valores.

Caso a alternativa ao relativismo seja o objetivismo absoluto, isso iria exigir um passo gigantesco para uma visão particular da natureza humana. E sendo essa visão uma visão individual, ela significaria, no fundo, o egoísmo absoluto. Nesse caso, o autor defende o relativismo como uma idéia que não seria tão ruim.

O artigo é recomendável para todos aqueles que acompanham o panorama internacional e as tentativas de julgamento de comportamentos específicos a partir de determinados parâmetros da cultura ocidental. A busca de abordagens conceituais contratuais para o estabelecimento de regras e valores éticos pretensamente universais, frequentemente deixa de fora grupos com baixa capacidade de poder para garantir a validade de suas visões morais. Nesse processo, valores discordantes passam a ser desqualificados, levando a situações de intolerância, discriminação e conflito, que no bojo de uma visão relativista poderiam ser resolvidas de forma mais construtiva e compatível com a dignidade humana.

É indispensável relembrar que diferenças no grau de desenvolvimento, condições de vida, tradição histórica e o pluralismo cultural entre populações, tornam imperativa a convivência de diversos sistemas de valores, que permanecem existindo não obstante a imposição exógena de regras comuns. O respeito a valores diferenciados de grupos humanos distintos, não impede a identificação de eventuais parâmetros comuns que necessitam, contudo, ser trabalhados de modo inclusivo, permitindo que visões discordantes sejam apreciadas sem antagonismo *a priori* e que se conserve espaço para mudanças decorrentes de novas situações e realidades.

O artigo de Häyry apresenta uma ferramenta interessante para avaliação dos rumos atuais da bioética. Desconstrói, de modo sistemático, a conotação negativa do relativismo imposta pelas correntes prevalentes da bioética e amplia o espaço teórico para o surgimento de novas abordagens.

Ana Maria Tapajós

Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde – Ministério da Saúde, Brasília,

Distrito Federal, Brasil.

anatpj@saude.gov.br